



# Fórum de Contratação e Gestão Pública - FCGP

## Belo Horizonte, ano 15, n. 174, jun. 2016

### Doutrina

#### Artigos

- ◆ Atuação e responsabilidade da assessoria jurídica nas licitações e contratos  
*Antônio Flávio de Oliveira*
  
- ◆ O microsistema de licitação ou contratação pública sustentável  
*Eduardo Fortunato Bim*
  
- ◆ A contratação direta de serviços de advocacia e consultoria jurídica por inexigibilidade de licitação  
*Fabício Motta*
  
- ◆ Formas de minimizar o risco da responsabilização da Administração face aos encargos/obrigações trabalhistas nos contratos de prestação de serviços  
*Flavia Daniel Vianna*
  
- ◆ Licitações sustentáveis e hermenêutica  
*Teresa Villac*
  
- ◆ A possibilidade de participação de parentes de servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante em certame com cláusulas uniformes  
*Márcio Berto Alexandrino de Oliveira*
  
- ◆ Tendências legislativas e jurisprudenciais da licitação no Brasil  
*Pamela Danelon Justen de Oliveira, Luciano Elias Reis*

#### Parecer

- ◆ Licitação – direito à contratação – sendo desclassificado o vencedor do certame, não há direito adquirido aos demais a firmar a avença – precedentes dos Tribunais Superiores  
*Luís Alberto Thompson Flores Lenz*

### Orientações Práticas em Gestão Pública

- ◆ Contratação emergencial e aplicação de penalidade

## **Jurisprudência Seleccionada**

### **Acórdãos na Íntegra**

- ◆ **Tribunal Regional Federal da 1ª Região**  
Convênio – Inexistência de cláusula atinente à limitação das prorrogações de sua vigência – Artigos 57 e 116 da Lei 8.666/1993 – Aplicabilidade
  
- ◆ **Tribunal Regional Federal da 2ª Região**  
Direito Constitucional e Administrativo – Ação Popular – Apelação e Remessa Necessária – CPC/1973 – Outorga do contrato de partilha de produção do campo de libra – Leilão do pré-sal – Primeira rodada – Ilegalidade – Ausência – Não comprovação de lesão ao patrimônio público
  
- ◆ **Tribunal Regional Federal da 5ª Região**  
Penal – Dispensa ilegal de licitação – Artigo 89 da Lei 8.666/93 – Construção de unidade habitacionais – Estado de calamidade pública em razão dos altos índices pluviométricos na região – Renúncia do então prefeito e dispensa com base em parecer favorável da procuradoria – Circunstância que respalda a conduta do réu e evidenciam a inexistência de dolo e de dano ao Erário – Apropriação indébita previdenciária – Artigo 168-A do Código Penal – Crime material – Necessidade de constituição definitiva do crédito tributário
  
- ◆ **Tribunal de Contas da União**  
TCU – Auditoria constante da fiscalização de orientação centralizada em repasses para obras de saneamento básico e habitação popular – Urbanização de assentamentos precários – Utilização indevida de licitação pretérita realizada com base em outro objeto – Inadequação do projeto básico – Restituição à competitividade do certame
  
- ◆ **Tribunal de Contas da União**  
TCU – Representação – Edital de pré-qualificação para construção de prédios em universidade – Utilização indevida da pré-qualificação – Exigência de atestados técnicos que extrapolam os limites usualmente aceitos pela doutrina e pela jurisprudência – Previsão de regime de execução contratual inadequado – Existência de significativo universo de competidores pré-qualificados – Ausência de comprometimento dos resultados – Revogação de medida cautelar – Prosseguimento do certame mediante realização de ajustes – Determinações
  
- ◆ **Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo**  
Consulta – Utilização de superávit financeiro do exercício anterior da Câmara Municipal para adquirir e construir sua sede ou para adquirir bens de consumo – Possibilidade – Utilização de terreno da Câmara Municipal como parte do pagamento para aquisição de imóvel para suas instalações – Possibilidade – Licitação na modalidade concorrência
  
- ◆ **Tribunal de Contas do Estado do Mato Grosso do Sul**  
Consulta – Secretaria de Estado de Fazenda/MS – Indagação sobre a possibilidade da inclusão de destaque orçamentário e financeiro de outros órgãos na dotação indicada em contrato vigente – Celebração de termo aditivo com o novo valor da avença e o acréscimo do objeto – Observância ao limite da Lei 8.666/93 – Resposta afirmativa

## **Ementário**

- ◆ Concessão e Permissão
- ◆ Contratação Direta
- ◆ Contrato Administrativo
- ◆ Controle Interno e Externo
- ◆ Convênio
- ◆ Licitação
- ◆ Responsabilidade Fiscal
- ◆ Tendências Jurisprudenciais
- ◆ Licitação
- ◆ Penal E Processual Penal

## **Legislação Comentada**

- ◆ Comentários à Lei de Licitações e Contratações Públicas (art. 74)  
*Antônio Flávio de Oliveira*

## **Legislação**

- ◆ Informativo de Legislação